

## ATA DA 162ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três de julho de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a 162ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº118/2020.

Conselheiros presentes: Leandro Cesar Pereira (SMOBI), Andrea Pereira Fróes (SLU), Wesley Bambirra Rodrigues (SICEPOT), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX), Livia de Souza Pancrácio de Errico (CMSBH) e Nilo de Oliveira Nascimento (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Marcos Ferreira de Souza (SUDECAP), Pegge Sayonara Mendes (ABES), Fabiano Geraldo Álvares da Silva (FLOLESTE), Filipe Nepomuceno Bicalho Santos (Copasa) e Cláudio Jorge Cançado (CREA-MG).

Ausências justificadas: Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Isaac Henrique de Medeiros (SMPU), Ana Paula Barbosa Vitor Oliveira Marques (APLENA), Núbia Aparecida Vale Nolli (COPASA).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, iniciou a reunião informando o ponto de pauta: apresentação, pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura da Carta Consulta para o Programa DRENURBS 2ª Etapa.

A palavra foi repassada ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura e Presidente do COMUSA, Leandro César Pereira, para suas considerações. O Secretário ressaltou a importância do Programa DRENURBS para o Município de Belo Horizonte. Explicou que o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, órgão financiador do Programa, demonstrou interesse na robustez das intervenções propostas pela Prefeitura, diante da parceria que foi estabelecida no Programa DRENURBS 1ª Etapa. Informou que a Carta Consulta foi aprovada na Comissão de Financiamentos Externos - Cofix, do Ministério do Planejamento e Orçamento. Entretanto, ressaltou que este é apenas o início de uma longa caminhada que ainda terá por desafio a aprovação de uma Lei Autorizativa junto à Câmara Municipal.

A palavra foi repassada ao conselheiro e secretário executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, que procedeu à apresentação. O conselheiro iniciou informando que o nome formal do programa é Programa de Recuperação Ambiental e de Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural, mais conhecido como Programa DRENURBS. A concepção do Programa se deu em decorrência da elaboração do Plano Diretor de Drenagem de Belo Horizonte, que trouxe como premissa a não canalização de cursos d'água e o tratamento de fundo de vale, privilegiando a implantação de parques lineares e a despoluição através da implantação de infraestrutura de interceptação dos esgotos, em contraposição à tradicional proposta de canalização e implantação de avenidas sanitárias. Tal proposta se consolidou no Município através do novo Plano Diretor, Lei Municipal 11.181/19.

O palestrante apresentou, então, o mapa com os cursos d'água no Município. Explicou que o escopo original de intervenções do Programa abrange 47 bacias hidrográficas elementares com cursos d'água em leito natural ou em leito aberto, de um total de 98 existentes no Município, perfazendo cerca de 200 km de cursos d'água.

As bacias contempladas com intervenções na 1ª Etapa e na Etapa Suplementar do Programa foram: Baleares, Primeiro de Maio, Nossa Senhora da Piedade, Engenho Nogueira e Bonsucesso, sendo investidos, ao todo, 248 milhões de dólares.

Para a 2ª Etapa do Programa, o objetivo é a promoção da melhoria da qualidade de vida da população, com base na universalização do serviço de saneamento, recuperação e preservação dos recursos hídricos, mitigação do risco de inundação e ainda um investimento adicional no aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de águas urbanas da Administração Municipal de Belo Horizonte.

Os principais problemas a serem enfrentados abrangem: regiões com assentamentos com grandes carências do ponto de vista sanitário e ambiental, prioritárias segundo o Plano Municipal de Saneamento; áreas com altíssimo grau de precariedade social e urbanística, sujeitas a risco relevante de inundações; ocupações significativas das calhas dos córregos; lançamentos de esgotos nos cursos d'água, cuja solução depende de intervenções de urbanização e realocação de famílias; risco de reocupações ao longo dos vales;

inexistência de áreas de lazer e equipamentos de uso social; estruturas hidráulicas insuficientes; necessidade de atualização do Sistema Integrado de Gerenciamento de Drenagem e Alerta de Inundações de Belo Horizonte; necessidade de tornar a cidade mais inclusiva e mais resiliente.

A proposta prevê intervenções nas seguintes bacias: Córrego dos Macacos; Córrego Terra Vermelha; Córrego Embira; Córrego Várzea da Palma (Rua Chile); Córrego Fazenda Velha; Córrego Capão; Córrego Joaquim Pereira; Córrego Olhos D'água; Córrego Brejo do Quaresma e Córrego Bonsucesso (parque linear). Tais áreas foram escolhidas por serem áreas muito sensíveis e carentes de investimentos em infraestrutura de saneamento e urbanização, de acordo com o Plano Municipal de Saneamento. Além disso, prevê-se um investimento na componente de fortalecimento institucional, para que seja possível aumentar o nível de resiliência do Município.

O palestrante ressaltou que a Diretoria de Gestão de Águas Urbanas - DGAU fiscalizou e conduziu a elaboração de estudos e anteprojetos para as bacias afluentes ao Ribeirão Isidoro. Para cada um desses empreendimentos, as concepções já estão consolidadas, inclusive com estudos hidrológicos e hidráulicos, que apontaram as intervenções necessárias para a efetiva mitigação do risco de inundações, propondo, ainda, a implantação de parques lineares, reservatórios de amortecimento, tratamento de fundo de vale com estabilização de margens, realocação de famílias, implantação de infraestrutura de esgotamento sanitário, promovendo a preservação, recuperação e despoluição dos cursos d'água e sua integração à paisagem urbana.

Para a bacia do Córrego Olhos D'água, afluente direta da Lagoa da Pampulha, a Urbel e a SUDECAP estão conduzindo estudos, que compreendem tratamento de fundo de vale, implantação de parque linear, recomposição das áreas de APP, realocação de famílias e complementações nos sistemas de esgotamento sanitário.

Finalmente, para a sub-bacia do córrego Bonsucesso, objeto de intervenções na 1ª Etapa e Etapa Suplementar do Programa, o objetivo é implantar um parque linear para mitigar o risco de reocupação das margens que foram recuperadas anteriormente, garantindo a sustentabilidade dos investimentos que já foram realizados.

Sobre a população afetada, a estimativa de realocação é de quase 5 mil habitantes, o beneficiamento direto é de aproximadamente 65 mil habitantes e o beneficiamento total é de cerca de 300 mil habitantes do Município, residentes nas bacias objeto de intervenção.

Em relação ao componente Fortalecimento Institucional, o objetivo é aperfeiçoar a Política de Gestão do Risco de Inundações, através do Projeto Integrado de Gerenciamento de Drenagem e Alertas de Inundações - GEDAI. Este Projeto visa integrar os elementos relacionados ao controle, enfrentamento e mitigação dos riscos de inundações e os instrumentos de planejamento que permitam uma maior resiliência e adaptação da cidade diante da ocorrência de eventos extremos.

Os resultados esperados com a implantação do Programa consistem na preservação, requalificação e revitalização dos cursos d'água objetos da intervenção, através do tratamento de fundo de vale; na implantação dos dispositivos de retenção para mitigar os riscos de inundação; na preservação das áreas de preservação permanente e das planícies de inundação através da implantação de parques lineares auxiliares; na implantação de áreas de convívio social e adoção de soluções baseadas na natureza através do investimento em tecnologia verde e azul, em consonância com o Plano Diretor de Belo Horizonte; na melhoria das condições de habitação através da realocação de famílias; na universalização dos serviços de saneamento e no fortalecimento da capacidade institucional através do GEDAI.

O indicador de impacto do Programa será o Índice de Salubridade Ambiental - ISA, principal indicador do Plano Municipal de Saneamento - PMS. O ISA consiste em uma média ponderada do atendimento por infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. Considerando como linha-base em 2020 um ISA de 0,79, a meta é alcançar um índice de 0,95 ao final do Programa. Mais detalhes sobre a metodologia de cálculo do ISA podem ser consultados no Plano Municipal de Saneamento.

Os indicadores de resultado adotados são: Redução da população inserida em manchas de inundação; Indicador de Atendimento por Coleta de Esgoto (ICE); Indicador de Atendimento por Interceptação de Esgoto

(IIE); Índice de Tratamento de Esgoto (ITE). Os indicadores de produto são: Número de famílias realocadas; Extensão de fundos de vale tratados; Extensão de parques lineares/ciliares implantados; Projeto de Trabalho Técnico-Social (PTTS) por sub-bacia; Porcentagem de mulheres empregadas em obras e Número de estações fornecendo dados para o Sistema de Monitoramento Hidrológico.

O investimento previsto é de 255 milhões de dólares, sendo 240 milhões de dólares destinados à componente Saneamento Ambiental Integrado, que compreende às intervenções de projetos e obras e 15 milhões de dólares destinados à componente Cidade mais Resiliente, que abrange o fortalecimento institucional e as consultorias e auditorias do Programa. O prazo previsto para execução do Programa é de 6 anos.

Os próximos passos para implementação do Programa, após aprovação da carta consulta na COFLEX, consistem em iniciar o processo de preparação do Programa em conjunto com o BID; Negociações relativas à garantia do Governo Federal para a operação de crédito; Aprovação de Lei Municipal autorizativa para a realização da operação de crédito - Projeto de Lei a cargo do Executivo em processo de elaboração para envio à Câmara Municipal de Belo Horizonte; Formalização da Unidade Gestora do Programa (UGP) e da Unidade Executora do Programa (UEP), bem como as autorizações e obrigações no que se refere à operação e manutenção das estruturas implantadas e Ato de criação da UGP e UEP por meio de Portaria Municipal.

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes.

A conselheira e representante da SLU, Andrea Fróes, perguntou se investimentos como pós-obras, manutenção dos parques e conservação das áreas serão absorvidos na modalidade fortalecimento institucional.

O palestrante explicou que os recursos de custeio não podem ser absorvidos pelo financiamento do Programa. Acrescentou que o Município tem que assegurar que os recursos de custeio estarão presentes nos seus orçamentos anuais e plurianuais.

A conselheira e representante do Conselho Municipal de Saúde sugeriu aprovisionar recursos para o Projeto de Trabalho Técnico-Social - PTTS. Sugeriu, ainda, que o serviço social avalie formas de manter as pessoas em territórios próximos aos de sua origem, quando removidas.

O conselheiro Ricardo Aroeira, em resposta, afirmou que os recursos para o PTTS foram incluídos no orçamento do Programa, apesar de não estarem explícitos na apresentação. Com relação à realocação das famílias, o conselheiro afirmou que as remoções acontecem em casos de risco ou de necessidade de liberação de área de interesse público para execução da intervenção. Informou, ainda, que as famílias que não se enquadrarem nesses casos serão mantidas no território e as áreas sofrerão intervenções de urbanização, sendo dotadas de infraestrutura e serviços adequados.

A engenheira da SMPU, Flávia Mourão, questionou sobre as intervenções previstas para a Bacia do Bonsucesso e se vão abranger a Bacia como um todo ou apenas a implantação do parque.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira informou que o objetivo das intervenções na Bacia do Bonsucesso consiste na consolidação das áreas de APP como áreas de parques e que não há mais intervenções de infraestrutura a serem feitas na Bacia. Será necessário realocar algumas poucas famílias para consolidar o parque, implantando a área de convívio social para a população.

Encerradas as manifestações, o conselheiro e secretário executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, colocou em votação as atas das reuniões 157, 158 e 159, que foram aprovadas por unanimidade de votos.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.